



**COMPANHIA HABITASUL
DE PARTICIPAÇÕES
COMPANHIA ABERTA**
CNPJ N.º 87.762.563/0001-03
NIRE N.º43300010007

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO,
MANUAL E ANEXOS DA
RESOLUÇÃO CVM N.º 81/2022**

**Assembleia Geral Ordinária
a ser realizada em 23 de abril de 2025**
Porto Alegre, 21 de março de 2025



HABITASUL
Uma relação de vida.



ÍNDICE

I.	INTRODUÇÃO	3
II.	PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS	4
III.	PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	8
1.	EM ASSEMBLEIA ORDINÁRIA	
a)	Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do Relatório da Administração, e do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2024	8
b)	Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2024 e a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia	
c)	Deliberar sobre a fixação do montante da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2025	





I. INTRODUÇÃO

Prezados Srs. Acionistas,

A administração da Companhia Habitasul de Participações (“Companhia”), em cumprimento ao disposto no artigo 7º da Resolução CVM nº 81, de 29.03.2022 (“Resolução CVM 81”), apresenta a seguir informações acerca das matérias a serem deliberadas em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, que se realizará em 23 de abril de 2025, às 15:00 horas, de forma exclusivamente presencial, na sede social da Companhia, na Avenida Carlos Gomes, nº 400, sala 505, Bairro Boa Vista, Ed. João Benjamim Zaffari, Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90.480-900 (“AGO”), bem como os esclarecimentos necessários à participação dos acionistas.

A Companhia preparou a presente Proposta de Administração e Manual de Participação (“Proposta”), em atendimento às boas práticas de governança corporativa e transparência, visando orientar e esclarecer todos os seus acionistas acerca das matérias que serão deliberadas, colocando à inteira disposição sua Diretoria de Relações com Investidores para esclarecer quaisquer dúvidas adicionais.

Serão deliberadas em AGO as seguintes matérias constantes da ordem do dia:

- a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2024;
- b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2024 e a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia;
- c) Deliberar sobre a fixação do montante da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2025.

Esperamos que este documento seja útil para a análise das propostas submetidas à vossa apreciação, aproveitamos para reiterar nosso apreço e consideração.

Além das informações contidas nesta Proposta, V.Sas. poderão sanar eventuais dúvidas em relação às matérias em pauta por meio de contato direto com a Diretoria de Relações com Investidores, pelo e-mail ri@habitasul.com.br ou pelo telefone +55 (51) 3303-3893 (ramal 4009/4010), a qual, desde já, encontra-se à vossa disposição para atendê-los prontamente.

Porto Alegre, 21 de março de 2025.

Sérgio Luiz Cotrim Ribas
Diretor Presidente

Odivan Carlos Carginin
Diretor de Administração, Finanças e Relações com Investidores





II. PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS

Participação Presencial na Sede da Companhia

A administração da companhia informa em atenção ao artigo 7º, §4º, da Resolução CVM 81, que a AGO será realizada de forma exclusivamente presencial, o que assegura a eficiência na tomada de decisões e a interação direta e eficaz entre os acionistas e a administração da Companhia, na sede social da Companhia, na Avenida Carlos Gomes, nº 400, sala 505, Bairro Boa Vista, Ed. João Benjamim Zaffari, Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90.480-900.

Poderão participar da AGO todos os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia no dia da realização da AGO, por si ou por procurador/representante legal devidamente constituído, ou via Boletim de Voto.

A participação do acionista poderá ser pessoal, por procurador/representante legal devidamente constituído, ou via Boletim de Voto, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida em cada caso estão mencionadas nesta Proposta:

(i) Pessoal: Caso o acionista opte por participar pessoalmente da AGO, este deverá comparecer à sede da Companhia munido de documento que comprove a sua identidade (cédula de identidade e CPF);

(ii) Por Procurador/Representante Legal: A Companhia requer que os acionistas que têm a intenção de se fazer representar na AGO por meio de procurador/representante legal devidamente constituído, depositem o respectivo instrumento de outorga de poderes de representação na sede da Companhia, na Avenida Carlos Gomes, nº 400, sala 505, Bairro Boa Vista, Ed. João Benjamim Zaffari, Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90.480-900, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, com antecedência mínima de 2 (dois) dias antes da data designada para a AGO; e

(iii) via boletim de voto a distância ("Boletim de Voto"), disponibilizado pela Companhia nos websites da Companhia (ri.habitasul.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida em cada caso estão mencionadas nesta Proposta.

A Companhia esclarece que dispensará a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos, bem como a tradução simples de referidos documentos estrangeiros.

O acionista ou seu representante legal, objetivando assegurar a sua participação na AGO, deverão apresentar todos os documentos necessários para sua participação e/ou voto na AGO, quais sejam:

Para Pessoas Físicas:

b.1. cópia do documento de identidade original com foto do acionista;

Para Pessoas Jurídicas:

c.1. cópia do último estatuto ou do contrato social consolidado, acompanhado de certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, no trimestre em curso; e

c.2. cópia dos documentos societários que comprovem os poderes de representação;

Para Fundos de Investimento:

d.1. cópia do último regulamento consolidado do fundo;

d.2. cópia do estatuto ou do contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação, acompanhados de certidão simplificada da personalidade jurídica, expedida pelo órgão registrador.

Como documento de identidade, a Companhia aceitará a Carteira de Identidade Registro Geral (RG), bem como a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos





conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da administração pública, desde que contenham foto de seu titular.

Caso o acionista se faça representar por procurador (acionista ou administrador da companhia ou, ainda, advogado), além dos atos societários listados acima dos acionistas pessoas jurídicas e dos fundos de investimentos, deverá ser apresentado o documento oficial de identificação do procurador e procuração com poderes específicos, emitida em prazo inferior a um ano contado da data da AGO, nos termos do §1º do artigo 126 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), por instrumento público ou particular, sendo dispensada a apresentação do documento de identificação de quem assinou a procuração.

A Companhia esclarece que dispensará o envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para o seu escritório, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos quando do cadastramento do acionista, bem como a tradução simples de referidos documentos estrangeiros.

A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões do Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica.

Ressalta-se que, tanto os acionistas que optarem por votar tanto presencialmente quanto por meio do Boletim de Voto (conforme a seguir especificado), serão considerados presentes na AGO e signatários da respectiva ata e livro de presença.

A fim de evitar atrasos no início dos trabalhos, a Companhia solicita que, no dia da AGO, os acionistas estejam na sede da Companhia, no mínimo, com 60 minutos de antecedência ao horário previsto para início dos trabalhos da AGO.

Boletim de Voto a Distância

Alternativamente à participação presencial, o acionista poderá participar da AGO por meio do envio do Boletim de Voto. O acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância poderá: (i) enviar as instruções de voto diretamente à Companhia, ou (i) transmitir as instruções de voto aos Prestadores de Serviços Aptos, em ambos os casos conforme descrito nesta Proposta.

O acionista que já tenha enviado o Boletim de Voto poderá também, se assim desejar, participar presencialmente da AGO, hipótese em que tal acionista poderá: (i) apenas acompanhar presencialmente a AGO; ou (ii) participar e votar na AGO, situação em que todas as instruções de voto recebidas previamente por meio do Boletim de Voto para tal acionista, identificado por meio do número de sua inscrição no CPF ou CNPJ, serão desconsideradas.

Conforme facultado pelo artigo 27 da Resolução CVM 81, os acionistas da Companhia podem enviar instruções de voto à Companhia ou aos Prestadores de Serviços Aptos (abaixo definidos) até **19 de abril de 2025 (inclusive)**.

Vale notar que, conforme determinado pela Resolução CVM 81, o depositário central, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais outras instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

Caso haja divergência entre eventual Boletim de Voto recebido diretamente pela Companhia e a instrução de voto contida no mapa analítico do depositário central com relação a um mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ, a instrução de voto contida no mapa do depositário central prevalecerá.

Uma vez encerrado o prazo de votação, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas. Caso o acionista julgue que a alteração seja necessária, esse deverá participar no dia da AGO, desde que





observadas as regras constantes nesta Proposta, e solicitar que as instruções de voto enviadas via Boletim de Voto sejam desconsideradas.

Envio do Boletim de Voto à Companhia

Os acionistas poderão encaminhar o Boletim de Voto diretamente à Companhia encaminhando aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@habitasul.com.br, cópias simples dos documentos indicados a seguir, até **19 de abril de 2025 (inclusive)**:

i. via física original do Boletim de Voto relativo à AGO devidamente preenchido, rubricado e assinado;
e

ii. os demais documentos listados a seguir:

Para Pessoas Físicas:

a.1. cópia do documento de identidade original com foto do acionista;

Para Pessoas Jurídicas:

b.1. cópia do último estatuto ou do contrato social consolidado, acompanhado de certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, no trimestre em curso;

b.2. cópia dos documentos societários que comprovem os poderes de representação;

Para Fundos de Investimento:

c.1. cópia do último regulamento consolidado do fundo;

c.2. cópia do estatuto ou do contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação, acompanhados de certidão simplificada da personalidade jurídica, expedida pelo órgão registrador.

Como documento de identidade, a Companhia aceitará a Carteira de Identidade Registro Geral (RG), bem como a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular.

Caso o Boletim de Voto seja assinado por procurador, além dos atos societários listados acima dos acionistas pessoas jurídicas e dos fundos de investimentos, deverá ser apresentado o documento oficial de identificação do procurador e procuração com poderes específicos, por instrumento público ou particular, sendo dispensada a apresentação do documento de identificação de quem assinou a procuração.

A Companhia esclarece que dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para o seu escritório, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos por meio do e-mail acima mencionado, bem como a tradução simples de referidos documentos estrangeiros.

A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica.

Nos termos do artigo 46 da Resolução CVM 81, a Companhia comunicará aos acionistas, por meio de envio de e-mail ao endereço de e-mail informado pelos acionistas no Boletim de Voto, no prazo de 3 (três) dias corridos contados do seu recebimento, sobre a validade do Boletim de Voto e dos documentos que o acompanham. A Companhia comunicará aos acionistas, no mesmo prazo, sobre eventual necessidade de retificação ou reenvio do boletim e/ou dos documentos que o acompanham.

Entretanto, caso o acionista não preencha o Boletim de Voto na íntegra, ou o Boletim de Voto contenha itens preenchidos incorretamente e o prazo de retificação/reenvio acima mencionado já tenha se esgotado, serão computados pela Companhia os quesitos para os quais o preenchimento no Boletim de Voto foi feito de forma correta e rejeitados itens específicos que apresentaram problemas no preenchimento. Serão





desconsiderados os votos proferidos por acionistas nos casos em que o Boletim de Voto e/ou os documentos de representação dos acionistas elencados acima sejam enviados (ou reenviados e/ou retificados, conforme o caso) fora dos prazos previstos.

Transmissão de Instruções de Voto aos Prestadores de Serviços Aptos

Considerando que a Companhia não possui escriturador, as instruções de voto também poderão ser enviadas por intermédio do (i) agente de custódia dos acionistas, ou (ii) depositário central da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (em conjunto, os “Prestadores de Serviço Aptos”).

Agentes de Custódia. Acionistas com posição acionária em instituição custodiante/corretora deverão verificar os procedimentos para votar com a instituição custodiante da ação.

Depositário Central. Acionistas poderão enviar o Boletim de Voto para o depositário central no qual as ações estejam depositadas, devendo verificar com a instituição os procedimentos para o exercício do direito de voto

Acionistas com ações custodiadas em mais de uma instituição (exemplo: com ações custodiadas em mais de uma instituição custodiante) deverão enviar o Boletim de Voto para apenas uma destas instituições. O voto será sempre considerado pela quantidade total de ações de cada acionista.





III. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Companhia submete à AGO as propostas a seguir descritas.

a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2024

Os documentos previstos no artigo 10, *caput*, incisos I, II e IV, e parágrafo único, inciso I, da Resolução CVM 81, quais sejam, o relatório da administração, a cópia das demonstrações financeiras, o parecer dos auditores independentes e o formulário de demonstrações financeiras padronizadas (DFP), relativos ao exercício social encerrado, foram divulgados em 20.03.2025 no website da Companhia, da CVM e da B3.

Os documentos previstos no artigo 133, incisos I, II e III, da Lei das Sociedades por Ações foram publicados no Jornal do Comércio do Estado do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre, em 21.03.2025.

A administração da Companhia recomenda que os acionistas aprovelem as contas dos administradores e as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2024.

As informações exigidas pelo artigo 10º, inciso III da Resolução CVM 81, consistentes nos comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, de acordo como item 2 do Formulário de Referência de Referência da Companhia, estão a seguir:

??

2. Comentários dos Diretores

2.1. Comentários dos Diretores sobre:

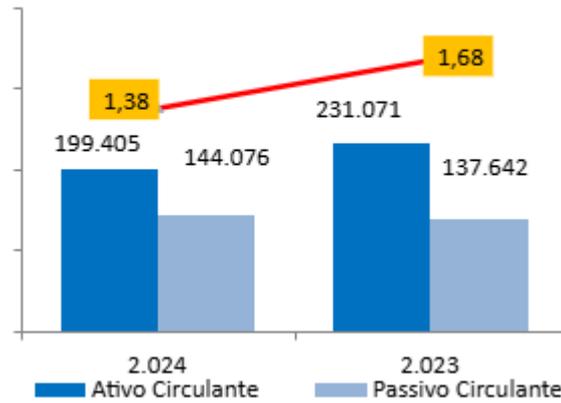
a) condições financeiras e patrimoniais gerais

O gráfico abaixo, elaborado de acordo com as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, demonstra que o índice de liquidez corrente no exercício de 2024 apresentou redução, principalmente, devido a redução do saldo de estoques, pelo reconhecimento de valor realizável líquido e a diminuição do saldo de caixa e equivalentes de caixa.



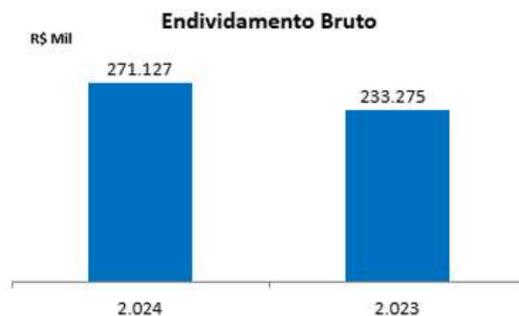
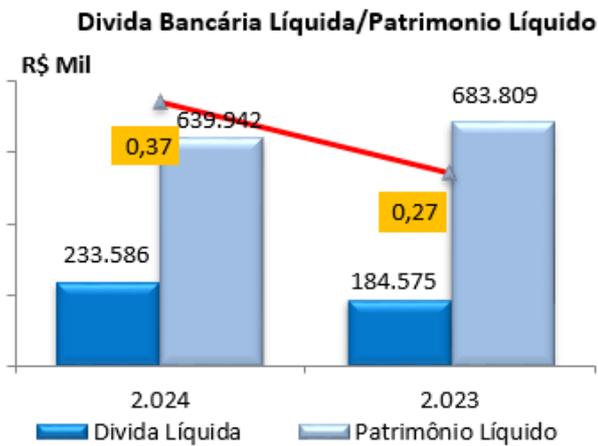


Índice de Liquidez Corrente



b) estrutura de capital

Dentro da estrutura de capital consolidada da Companhia, parte significativa do financiamento de suas operações provém de operações de empréstimo e financiamentos. A Diretoria entende que o índice da Dívida Bancária Líquida/Patrimônio Líquido, mostra-se adequado ao nível de atividade desenvolvido pela Companhia e suas controladas, especialmente devido ao montante de seus ativos e investimentos passíveis de serem realizados





c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia e suas controladas possuem estoques e propriedades a serem comercializados que somados a geração de renda dos ativos destinados para este fim (Propriedades para Investimentos), a prestação de serviços e possibilidade de venda de participação que detém em outras empresas, mantêm sua capacidade de cumprimento das obrigações financeiras assumidas.

A Companhia e suas controladas mantêm parcerias de longo prazo com as instituições financeiras com as quais opera, sempre mantendo condições favoráveis para revisar o perfil de suas dívidas e ainda obter novas operações visando à adequação da velocidade de realização dos estoques e recebimentos aos vencimentos das obrigações assumidas.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas;

Quando necessário, a Companhia e suas controladas, captam recursos por meio de contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras de grande e médio porte. Estes recursos são empregados no financiamento das necessidades de capital de giro.

Em 2024 a Companhia contratou uma operação de CRI, com a securitização da Carteira do Empreendimento Granja Esperança, no valor de R\$ 15.223 mil. Em 2023, a Companhia não celebrou novos contratos de empréstimos.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Conforme descrito no item “c” acima, a Diretoria acredita que os compromissos financeiros assumidos sejam integralmente cumpridos e que, para eventuais necessidades, a Companhia poderá contratar novas linhas de crédito com instituições financeiras.

f) níveis de endividamento e características das dívidas, descrevendo ainda (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de controle societário de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, bem como o cumprimento dessas restrições

i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

As operações de Empréstimo e Financiamentos Bancários para capital de giro, para aplicação em obras e empreendimentos imobiliários e Investimentos no Ativo Imobilizado, estão demonstradas no quadro abaixo:





R\$ mil

Tipo de Dívida	Indexador	2024	2023	Vencimento	Garantias	Taxa
Empréstimos Capital de Giro	Prefixada	-	415	dez/24	Aval Holding/ Caução de créditos	18,16% a.a
	CDI	262.217	232.860	jul/27	Alienação Fiduciária em Garantia de Imóveis e Alienação Fiduciária de Ações	CDI + 4,15% a.a
Securitização de Carteira de Recebíveis	IPCA	8.910	-	out/38	Alienação Fiduciária em Garantia de Imóveis e Cessão de Recebíveis com Coobrigação	IPCA + 11,90% a.a.
Total		271.127	233.275			

Parcela Circulante	15.884	15.193
Parcela Não Circulante	255.243	218.082

Endividamento	2024	2023	2024 x 2023
Curto Prazo	15.884	15.193	4,55%
Longo Prazo	255.243	218.082	17,04%
Total Bruto	271.127	233.275	16,23%
Caixa e Equivalência de caixa	37.541	48.700	-22,91%
Total Líquido	233.586	184.575	26,55%

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

Não há.

iii) grau de subordinação entre as dívidas;

A Companhia e suas controladas não possuem operações financeiras que tenham grau de subordinação entre as dívidas. As operações possuem garantias reais e fidejussórias para os credores descritos no item (i) acima. Tais credores possuem, portanto, até o valor das respectivas garantias, prioridade no caso de falência da Companhia. As demais dívidas são de espécie quirográfaria.

iv) eventuais restrições impostas à companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de controle societário de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, bem como o cumprimento dessas restrições.

A Companhia e suas controladas não possuem eventuais restrições impostas, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à alienação de ativos e à emissão de novos valores mobiliários.

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados pelas controladas da Companhia com diversas instituições financeiras possuem restrições quanto à alteração do controle societário e redução do capital social.

A Companhia possui restrição conforme contrato com o banco BTG referente a : (i) qualquer dividendo ou pagamentos ocorridos pela Irani Papel e Embalagem S.A. aos fiduciários até o valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) deverão ser liberados para livre-movimentação dos fiduciários; (ii) 30% dos dividendos ou pagamentos devidos pela Irani Papel e Embalagem S.A. aos fiduciários dos valores superiores à distribuição mínima deverão ser utilizados para liquidação antecipada das obrigações garantidas.





g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Além das operações de crédito demonstradas no quadro 2.1.f., a Companhia e suas controladas não possuem outros limites de crédito contratados com instituições financeiras a serem utilizados.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras e de fluxo de caixa

Segue abaixo a descrição das alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras e de fluxo de caixa:

h.1) Demonstrações de Resultado.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO						
Em milhares de Reais	Consolidado		Análise Vertical %		Análise Horizontal %	
	2.024	2.023	2.024	2.023	2024 x 2023	
					R\$	%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	52.862	317.482	100,00	100,00	(264.620)	(500,59)
(-) Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	(20.605)	(72.218)	(38,98)	(22,75)	51.613	(250,49)
RESULTADO BRUTO	32.257	245.264	61,02	77,25	(213.007)	(660,34)
DESPESAS OPERACIONAIS	(25.445)	60.039	(48,13)	18,91	(85.484)	335,96
Despesas Com Vendas	(2.714)	(2.862)	(5,13)	(0,90)	148	(5,45)
Despesas Administrativas	(88.674)	(80.234)	(167,75)	(25,27)	(8.440)	9,52
Outras (Despesas) Receitas Operacionais, Líquidas	(9.808)	42.928	(18,55)	13,52	(52.736)	537,68
Resultado de Equivalência Patrimonial	75.751	100.207		31,56		
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	6.812	305.303	12,89	96,16	(298.491)	(4.381,84)
Resultado Financeiro	(2.873)	(3.736)	(5,43)	(1,18)	863	(30,04)
Receitas Financeiras	41.744	52.262	78,97	16,46	(10.518)	(25,20)
Despesas Financeiras	(44.617)	(55.998)	(84,40)	(17,64)	11.381	(25,51)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO IMPOSTO DE RENDA	3.939	301.567	7,45	94,99	(297.628)	(7.555,93)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(3.433)	(4.774)	(6,49)	(1,50)	1.341	(39,06)
Imposto de renda e contribuição social diferido	14.453	(15.706)	27,34	(4,95)	30.159	208,67
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	14.959	281.087	28,30	88,54	(266.128)	(1.779,05)

Análise sobre os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Receita Líquida das Vendas e Serviços

Dados Consolidados - R\$ mil	2024	2023	2024 x 2023
1. Receitas			
Receita Operacional Líquida	52.862	317.482	-83,35%
Negócios Imobiliários	36.181	300.609	-87,96%
Prestação de Serviços	16.681	16.873	-1,14%

No exercício de 2024, a Companhia apresentou receita operacional líquida de R\$ 52.862 mil, apresentando uma redução de 83,35% em relação ao exercício de 2023, especialmente pela venda, no exercício de 2023, de terrenos nos empreendimentos Quadra 13A, 13B e Plataforma III localizados em Jurerê Internacional, Florianópolis - SC.

Custos das Vendas e e Serviços

No exercício de 2024 os custos apresentaram uma redução de 71,47% em relação ao exercício de 2023, totalizando R\$ 20.605 mil ante R\$ 72.218 mil do exercício de 2023, justificado principalmente pela venda no exercício de 2023 de terrenos nos empreendimentos Quadra 13a, 13b e Plataforma III localizados em Jurerê Internacional, Florianópolis - SC.





Despesas Administrativas

Consolidado - R\$ mil	2024	%	2023
Despesas com pessoal e serviços de terceiros	(52.392)	2,92%	(50.906)
Provisão para contingências e condenações	(23.078)	53,09%	(15.075)
Depreciação e amortização	(1.494)	29,24%	(1.156)
Consumo de energia elétrica , gás, água, telefone e internet	(314)	4,32%	(301)
Manutenção em ativos imobilizados	(1.398)	-35,78%	(2.177)
Despesas com viagens e veículos	(2.119)	-5,11%	(2.233)
Aluguéis e condomínios	(4.280)	-11,53%	(4.838)
Outras despesas	(3.599)	1,44%	(3.548)
Despesas administrativas	(88.674)	10,52%	(80.234)

No exercício de 2024, as despesas administrativas apresentaram aumento de 10,52% em relação ao exercício de 2023. Este aumento decorre principalmente devido a provisão para contingências e condenações de processos cíveis, trabalhistas e tributários,

Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas

Consolidado - R\$ mil	2024	%	2023
Remuneração do Pool hoteleiro	633	-22,71%	819
Condomínios e IPTU	(5.300)	-14,50%	(6.199)
Provisão para perdas esperadas e desvalorização de estoque	(16.920)	0,00%	0
Perda/recuperação de créditos irrecuperáveis	(632)	-60,30%	(1.592)
Resultado c/alienação de imobilizado	9.743	100,00%	40
Resultado c/alienação de investimentos	4.890	-87,10%	37.914
Variação do valor justo	(1.777)	-119,75%	8.999
Outras	(445)	-115,10%	2.947
Outras receitas (despesas) operacionais	(9.808)	-122,85%	42.928

As Outras receitas (despesas) operacionais líquidas no exercício de 2024 apresentaram resultado negativo principalmente devido ao resultado menor da venda de ações da coligada Irani Papel e Embalagem S.A. no exercício de 2024.



Resultado Financeiro

Consolidado - R\$ mil	2024	%	2023
Receitas Financeiras	41.744	-20,13%	52.262
Juros e variações monetárias	41.674	-19,47%	51.749
Outras	70	-86,35%	513
Despesas Financeiras	(44.617)	-20,32%	(55.998)
Juros e variações monetárias	(41.963)	-18,72%	(51.629)
Outras	(2.654)	-39,25%	(4.369)
Resultado financeiro	(2.873)	-23,10%	(3.736)

Consolidado - R\$ mil	2024	%	2023
Receitas Financeiras	41.744	-20,13%	52.262
Juros e variações monetárias	41.674	-19,47%	51.749
Outras	70	-86,35%	513
Despesas Financeiras	(44.617)	-20,32%	(55.998)
Juros e variações monetárias	(41.963)	-18,72%	(51.629)
Outras	(2.654)	-39,25%	(4.369)
Resultado financeiro	(2.873)	-23,10%	(3.736)

Em 2024 o resultado financeiro apresentou redução não relevante em relação ao exercício de 2023.

Resultado Líquido

No ano de 2024 o resultado líquido positivo do exercício foi de R\$ 14.959 mil apresentando uma redução de 94,68% em relação a 2023, e foi impactado principalmente pelo reconhecimento no ano de 2023 do resultado da venda de terrenos nos empreendimentos Quadra 13A, 13B e Plataforma III localizados em Jurerê Internacional, Florianópolis - SC.

h.2) Fluxo de Caixa.

Análise do Fluxo de Caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Apresenta-se a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre o fluxo de caixa da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Consolidado - R\$ mil	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	48.700	24.547
Atividades operacionais	(25.926)	(41.445)
Atividades de investimento	51.056	95.783
Atividades de financiamento	(36.289)	(30.185)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	37.541	48.700





Atividades Operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais apresentou consumo de caixa de R\$ 25.926 mil no exercício de 2024 e de R\$ 41.445mil para o exercício de 2023, o menor consumo de caixa é principalmente devido a redução a redução de pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos.

Atividades de investimentos

O fluxo de caixa das atividades de investimentos apresentou origem de caixa de R\$ 51.056 mil no exercício de 2024, principalmente devido ao recebimento de dividendos de controladas e coligadas.

Atividades de financiamento

A Companhia apresentou redução de caixa oriundo de financiamento no valor de R\$ 36.289mil no exercício de 2024, principalmente devido ao maior pagamento de dividendos.

2.2. Comentários dos Diretores sobre:

a) resultado das operações da Companhia, em especial:

i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais;

Dados Consolidados - R\$ mil	2024	2023	2024 x 2023
1. Receitas			
Receita Operacional Líquida	52.862	317.482	-83,35%
Negócios Imobiliários	36.181	300.609	-87,96%
Prestação de Serviços	16.681	16.873	-1,14%
2. Resultados			
Resultado Operacional antes dos tributos	3.939	301.567	-98,69%
Negócios Imobiliários	(68.765)	169.052	-140,68%
Prestação de Serviços	(7.937)	(5.606)	-41,58%
Outros Negócios	80.641	138.121	-41,62%
IR e CSLL	11.020	(20.480)	153,81%
Negócios Imobiliários	14.474	(19.390)	174,65%
Prestação de Serviços	(3.454)	(1.090)	-216,88%
Resultado Líquido das Operações	14.959	281.087	-94,68%
Negócios Imobiliários	(54.291)	149.662	-136,28%
Prestação de Serviços	(11.391)	(6.696)	-70,12%
Outros Negócios	80.641	138.121	-41,62%
Resultado Líquido	14.959	281.087	-94,68%

A Companhia Habitasul de Participações é uma *holding company* que tem por atividade preponderante a participação, majoritária ou minoritária, no capital de outras sociedades de ramos diversificados. Os negócios da Companhia estão organizados em dois segmentos: Segmento Negócios Imobiliários e Segmento Prestação de Serviços. A Companhia conta ainda com resultado obtido por meio de equivalência patrimonial das participações minoritárias nas coligadas Irani Participações S.A. e Irani Papel e Embalagem S.A.

A principal atividade e foco de atuação das controladas é o desenvolvimento de empreendimentos imobiliários sustentáveis, com a criação de Comunidades Planejadas com Gestão Compartilhada e Permanente dos Empreendedores, gerando receita por meio de investimentos no seu banco de terras pela urbanização, incorporação e comercialização de produtos imobiliários e nos serviços de administração





hoteleira e de locações. Participa também no capital de empresas coligadas que atuam no reflorestamento, beneficiamento de madeiras, produção de celulose, papel, resinas e embalagens.

No ano de 2024, a receita operacional líquida consolidada da Companhia apresentou redução de 83,35% em relação ao ano de 2023. O resultado líquido do ano de 2024 foi de R\$ 14.959mil, frente ao resultado líquido de R\$ 281.0887 mil no ano de 2023. Estas variações estão impactadas principalmente pela venda de terrenos nos empreendimentos Quadra 13a, 13b e Plataforma III localizados em Jurerê Internacional, Florianópolis - SC.

b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação;

Não há variações relevantes, nos dois últimos exercícios, nos resultados da Companhia, atribuídas a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alteração de volumes e introdução de novos produtos além dos impactos supracitados em cada exercício acima.

c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor;

Não há impacto relevante da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros nos resultados dos dois últimos exercícios além dos impactos supracitados em cada exercício acima.

2.3. Comentários dos Diretores sobre:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Nos exercícios de 2024 e 2023, não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia que pudessem gerar efeitos nas suas demonstrações contábeis.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Em seu relatório sobre as demonstrações contábeis referente ao exercício de 2023, o auditor apresentou a seguinte ênfase:

Não houve opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor referente ao exercício de 2024.

2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados: a) introdução ou alienação de segmento operacional; b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária; c) eventos ou operações não usuais

Não há.

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve: a) informar o valor das medições não contábeis b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas; e c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações:

A Companhia optou por não divulgar as medições não contábeis.



2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

Não houve eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social de 2024.

2.7 Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

(a) Regras sobre retenção de lucros, e (b) Regras sobre distribuição de dividendos

A Companhia adota como regra distribuir dividendos no montante equivalente ao mínimo legal e estatutário de 25% dos lucros realizados, respeitados os critérios definidos no estatuto social. As ações preferenciais nominativas (PN) recebem dividendo, por ação, 10% superior ao das ações ordinárias nominativas (ON). Por disposição estatutária, as ações preferenciais nominativas classes B, fazem jus, adicionalmente, a 10% do lucro líquido.

A política de distribuição de resultados da Companhia está descrita no Capítulo VII de seu Estatuto Social, transcrito a seguir, notadamente os Artigos 34 a 37.

“CAPÍTULO VII - EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS

Artigo 31 - O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, quando a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras previstas em lei, facultado o levantamento de balanços em períodos menores.

Artigo 32 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda.

Artigo 33 - Feitas as deduções referidas no Artigo 32 supra, será destacada uma participação aos administradores da Companhia, em montante não superior a 10% (dez por cento) dos lucros remanescentes, a qual não poderá ultrapassar a sua remuneração anual, se este limite for menor.

Parágrafo 1º - Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório de que trata o Artigo 36 infra.

Parágrafo 2º - A participação atribuída aos administradores, nos termos deste Artigo, será rateada entre seus membros, de acordo com deliberação específica do Conselho de Administração.

Artigo 34 - Após as deduções de que tratam os Artigos 32 e 33, será destacada quantia equivalente a 10% (dez por cento) dos lucros remanescentes, a qual será distribuída como dividendo às ações preferenciais da Classe "B".

Artigo 35 - O lucro líquido resultante, após as deduções de que tratam os Artigos 32 e 33 supra, será diminuído ou acrescido dos seguintes valores, nos termos do Artigo 202, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976:

a) 5% (cinco por cento) destinados à Reserva Legal;

b) importância destinada à formação da reserva para contingências e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

Artigo 36 - Do lucro líquido ajustado, nos termos do Artigo 35 supra, será distribuída a todos os acionistas, a título de dividendo obrigatório, quantia não inferior a 25% (vinte e cinco por cento), assegurando-se às ações preferenciais de Classe "A" e "B" o direito à percepção de um dividendo 10% (dez por cento) maior que o atribuído a cada ação ordinária.





Parágrafo Único – O valor dos juros pagos ou creditados aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado, por seu montante líquido do imposto de renda na fonte, ao valor do dividendo obrigatório previsto neste artigo.

Artigo 37 – No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do artigo anterior, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

Parágrafo 1º – Considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder à soma dos seguintes valores:

a) resultado líquido positivo da equivalência patrimonial; e

b) lucro, ganho ou rendimento em operações cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte.

Parágrafo 2º – Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.”

(c) Periodicidade das distribuições de dividendos

A Companhia distribui dividendos anualmente por deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

(d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável a Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

(e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui política de destinação de resultados formalmente aprovada.

2.8. Os diretores devem descrever itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i)carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade e não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos, ii)contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, iii)contratos de construção não terminada e iv)contratos de recebimentos futuros de financiamentos

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não detém ativos e passivos relevantes, bem como qualquer operação, contrato, transação, obrigação ou outros tipos de compromissos que não estejam contabilizados em suas demonstrações financeiras ou outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:





a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia, b) natureza e o propósito da operação, c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras que alterem ou poderão alterar as receitas, despesas o resultado operacional ou outros itens das demonstrações financeiras.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, inclusive i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, ii) fontes de financiamento dos investimentos e iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos. b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia. c) novos produtos e serviços indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, iii) projetos em desenvolvimento já divulgados e iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

A Companhia e suas controladas não possuem planos em andamento para investimentos significativos a curto prazo, aquisição de plantas, equipamentos ou outros ativos que possam influenciar materialmente seus negócios. Também não há projetos para novos produtos ou serviços que não os decorrentes do prosseguimento de suas atividades normais nos segmentos onde atua através de coligadas e controladas.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Planejar e administrar espaços que ajudem a melhorar a vida das pessoas e preservar o planeta que vivemos, buscando assegurar a sustentabilidade do negócio e gerar valor para os públicos com os quais estamos conectados. Essa é a tarefa que executamos como desenvolvedores urbanos, em coautoria com nossos parceiros e alinhados à missão de transformar lugares em experiências de bem viver, viver bem e conviver.

Com absoluto respeito às pessoas e ao meio ambiente, temos evoluído no modelo de governança dos nossos negócios e construção de relacionamentos que criam valor para todas as partes interessadas, promovendo um círculo virtuoso de preservação ambiental, desenvolvimento humano e social.

Somos signatários ao [Movimento Nacional ODS SC](#) e RS e, ao longo de 2022, concluímos o mapeamento da aderência das nossas práticas de gestão e negócios aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) e abrimos plano de ação. Os estudos foram realizados por grupos multidisciplinares, identificando as práticas destacadas e oportunidades de aprimoramento na gestão como forma de reforçar a contribuição da Companhia para o atendimento desta agenda global.

Desde 2021, divulgamos relatório de sustentabilidade ESG, cujas informações não-financeiras passam por processo de verificação externa conduzido pela Conecta Consultores. As publicações estão disponíveis para consulta em: <https://www.habitasul.com.br/sustentabilidade/>.

Para assegurar a evolução de tópicos ESG, realizamos reuniões periódicas com gestores corporativos e de negócios sob a liderança do Diretor-Presidente e com a participação de toda a diretoria, delineando as diretrizes necessárias para que a implementação da estratégia de sustentabilidade esteja alinhada ao planejamento estratégico. Contamos, ainda, com o Núcleo de Sustentabilidade, uma estrutura horizontal e multidisciplinar com o desafio de cultivar e promover a sustentabilidade, engajando colaboradores e demais partes interessadas.





Nossa estratégia de sustentabilidade é suportada por meio do Projeto Qualifica, temos nos dedicados a construção de um [sistema de gestão certificado](#) por normas internacionais aplicáveis aos negócios até 2026. No último ano, recertificamos o Sistema da Água e Esgoto com as ISO's 9001 e 14001, mantivemos a certificação ISO 9001 para o Desenvolvimento Imobiliário, e para a Jurerê Internacional Administração Hoteleira (JIAH), que abrange as operações administrativas do Jurerê OPEN e a gestão hoteleira do Jurerê Beach Village e do IL Campanario Villaggio Resort. E conquistamos a certificação ISO 9001 para a hotel Jurerê Beach Village.

Avançamos na gestão de resíduos com um importante marco: antecipamos em um ano o desvio de mais de 90% dos resíduos gerados pelo Jurerê Beach Village, se tornando o primeiro hotel com certificação Lixo Zero de grande porte do Sul do Brasil, assim como o administrativo do Sistema de Água e Esgotos. O IL Campanario e o Jurerê Open, desviaram de aterro sanitário, 73% e 69% respectivamente, alcançando o segundo nível da certificação Rumo ao Lixo Zero. Seguimos com o plano de ação para reduzir o envio de resíduos para o aterro sanitário, promovendo a reciclagem de materiais, empregabilidade e renda e o desenvolvimento social e econômico da região.

Nosso 2º Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) tomou como base os escopos 1 e 2 da metodologia do GHG Protocol Brasil para a constatação e a quantificação das emissões dos negócios em Santa Catarina, foi submetido à verificação externa e certificado pela ISO 14064:2022 em 2024. O resultado deste processo apontou que somos uma empresa Carbono Positivo, ou seja, as remoções das nossas florestas nativas têm um potencial de absorção de carbono superior às emissões de gases de efeito estufa da empresa.

Desde 2020, mantemos o Programa Transforma. Com cinco iniciativas, que oferece muito mais que conhecimento ou suporte estratégico: trata-se de um cultivo a oportunidades que partem de dentro para fora da Empresa, levando prosperidade para as comunidades do entorno, gerando valor e transformando vidas. Ao longo de 2024, Em 2024, criamos três projetos estruturantes do Programa Transforma:

- **Projeto Resíduo Tem Valor:** com foco na mudança cultural sobre a valorização dos resíduos sólidos. Encaminhamos para reciclagem **193** toneladas de resíduos orgânicos para compostagem, 3.193 litros de óleo de cozinha, 16 kg de bituca de cigarro, 122 kg de tampinhas, 1.832 kg de eletroeletrônicos, 3.020 kg de sucata metálica, 3.000 unidades de esponjas de cozinha e **183** toneladas de recicláveis mistos, este último encaminhado para **Associação Coletores de Materiais Recicláveis**. A renda gerada através da venda dos materiais recicláveis é distribuída para os cooperados
- **Projeto Dazum Banho:** para conscientização da qualidade ambiental em espaços públicos a partir da atitude de cada um. Impactamos mais de 410 pessoas nas seis edições do Projeto Dazum Banho e coletamos mais de 219 kg de resíduos leves, entre eles: canudos, copos plásticos e bitucas de cigarro. Confeccionamos mais de 135 vasos com os resíduos retirados da praia!
- **Projeto BioEduca:** para levar os temas de Educação Ambiental às escolas das comunidades de entorno dos nossos negócios. Ampliamos nossas atividades para as escolas do entorno com o Projeto BioEduca, em duas escolas municipais locais, capacitando 40 professores e atuando junto a 75 alunos, onde levamos temas de Água, Resíduos Sólidos e Árvore.

No âmbito do investimento social privado, também buscamos estabelecer parcerias sólidas para o desenvolvimento de projetos nas áreas de **educação, esporte, cidadania, preservação ambiental, valorização cultural e geração de renda**. Em 2024, foram investidos média de R\$ 229.000 em patrocínios para produção de livros, palestras e eventos na cidade de Florianópolis e R\$ 870.000 investidos na manutenção de equipamentos e espaços públicos, como manutenção da Praça do Forte São Luiz, manutenção das passarelas, projetos, obras e apoio na sociedade civil organizada.

Nosso grupo de voluntariado se fortaleceu com os impactos das chuvas no Rio Grande do Sul. Impactamos 321 voluntários. Em agosto de 2024, realizamos parceria com o Instituto da Criança com Diabetes do RS, por meio da doação de **60** mil tampinhas. Ainda foram encaminhadas **3.000** esponjas de cozinha, destinadas para um programa de reciclagem com pontos para projeto social.





2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e suas Controladas que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.





b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2024 e a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia.

A administração da Companhia recomenda que os acionistas aprovelem a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2024, o orçamento de capital para o exercício social de 2025 e a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia.

Em atenção ao artigo 10º, § único, II da Resolução CVM 81, a administração da Companhia presta as seguintes informações sobre a proposta de destinação do lucro líquido da Companhia, com a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2025 e a distribuição de dividendos:

Proposta para Distribuição de Dividendos

Pelo Estatuto da Companhia são garantidos aos acionistas detentores de ações preferenciais classe B dividendos fixos equivalentes a 10% do lucro líquido do exercício.

Os dividendos mínimos obrigatórios das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia são de 25% do lucro líquido ajustado, assegurando-se às ações preferenciais de classe A e B, o direito à percepção de dividendos 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias.

Os cálculos de formação de base dos dividendos estão demonstrados a seguir:



	R\$ Mil
Lucro líquido do exercício	14.958
Reserva legal 5%	(748)
Realização ajuste avaliação patrimonial	11.103
Base calculo do dividendo	25.313
Dividendo ações PNB (10%)	2.531
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	6.328
Dividendo recebido de coligadas	45.859
Total de dividendos	54.718

Proposta para distribuição de dividendos

Dividendo ações PNB (10%)	2.531
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	6.328
Dividendo recebido de coligadas	45.859
Total de dividendos propostos a pagar	54.718
Ações Ordinárias Nominativas - R\$ 5,362496 por ação	16.907
Ações Preferenciais Classe A - R\$ 5,898745 por ação	35.099
Ações Preferenciais Classe B - R\$ 88,630101 por ação	2.712

1 – Informar o lucro líquido do exercício.

O lucro líquido do exercício foi de R\$ 14.958.553,19

2 – Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Montante global dos dividendos R\$ 54.717.871,64

Tipo de Ação	Dividendos R\$	Qtde de Ações	R\$ por Ação
Ordinárias Nominativas	16.906.682,88	3.152.764	5,362496
Preferenciais Nominativas "A"	35.099.462,19	5.950.327	5,898745
Preferenciais Nominativas "B"	2.711.726,57	30.596	88,630101

Não ocorreu no exercício o pagamento de dividendos antecipados e juros sobre capital próprio em relação ao lucro líquido do ano de 2024.

3 – Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O lucro líquido do exercício social de 2024 R\$ 14.958.553,19, após a formação da reserva legal R\$747.927,66, somados os valores realizados da reserva de ajuste avaliação patrimonial R\$11.101.860,14, foi de R\$ 25.312.485,67.

Está sendo proposta a distribuição de 10% do lucro líquido do exercício, no montante de R\$ 2.531.248,57, como dividendos prioritários das ações preferenciais classe B, de acordo com o artigo 34 do estatuto social da Companhia e com a Lei das Sociedades por Ações.

Após a formação da reserva legal e a distribuição do dividendo prioritário das ações preferenciais classe B, está sendo proposta a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustado do exercício, no montante de R\$ 6.328.121,42. Ao dividendo mínimo obrigatório do exercício, serão



somados os dividendos recebidos pela Companhia de coligadas, no montante de R\$ 45.858.501,65, de acordo com o artigo 37 do estatuto social da Companhia.

4 – Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Dividendos à conta de reserva de lucros a realizar: R\$ 45.858.501,65.

Tipo de Ação	Dividendos R\$	Qtde de Ações	R\$ por Ação
Ordinárias Nominativas	14.856.587,75	3.152.764	4,712242
Preferenciais Nominativas "A"	30.843.320,56	5.950.327	5,183466
Preferenciais Nominativas "B"	158.593,34	30.596	5,183466

5 – Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe;

Tipo de Ação	Dividendos R\$	Qtde de Ações	R\$ por Ação
Ordinárias Nominativas	16.906.682,88	3.152.764	5,362496
Preferenciais Nominativas "A"	35.099.462,19	5.950.327	5,898745
Preferenciais Nominativas "B"	2.711.726,57	30.596	88,630101

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio;

Os dividendos serão colocados à disposição dos acionistas até 31 de dezembro de 2025, conforme previsto no § 3º do Art. 205 da Lei das Sociedades por Ações.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio;

Não há incidência de atualização e de juros.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao recebimento.

A data da AGO que deliberar a distribuição dos dividendos.

6 – Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio declarados;

Não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos.



Não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7 – Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores;

	2024	2023	2022
Lucro Líquido do Exercício	14.958	281.083	60.703
Resultado por Ação das Ações ON	1,3834	25,9947	5,6138
Resultado por Ação das Ações PN Classe "A"	1,5217	28,5942	6,1752
Resultado por Ação das Ações PN Classe "B"	50,4123	947,2862	204,5754

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuídos nos 3 (três) exercícios anteriores.

Tipo de Ação	2024	2023	2022
Ordinárias Nominativas	5,362496	2,763554	2,172917
Preferenciais Nominativas "A"	5,898745	3,039909	2,390209
Preferenciais Nominativas "B"	88,630101	932,188627	233,366554

Não houve pagamento de juros sobre capital próprio nos exercícios de 2022, 2023 e 2024.

8 - Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a. Identificar o montante destinado a reserva legal.

Formação da reserva legal no montante de R\$747.927,66.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

A reserva legal é calculada conforme o Estatuto Social e artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações que determinam a destinação de 5% do lucro líquido do exercício para sua constituição.

9 – Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

a. Descrever a forma de cálculo de cálculo dos dividendos fixos ou mínimos.

A forma de cálculo dos dividendos está descrita no Capítulo VII do Estatuto Social da Companhia, transcrito no item 10 a seguir, notadamente em seus artigos 34 e 36.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

Estão sendo propostos dividendos prioritários de 10% nos termos do artigo 34 do Estatuto Social da Companhia, portanto, o lucro do exercício é suficiente para pagamento integral dos dividendos previstos.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.

Não se aplica.



d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.

Está sendo proposta a distribuição de 10% do lucro líquido do exercício, no montante de R\$ 2.531.248,57, como dividendos prioritários das ações preferenciais classe B, de acordo com o artigo 34 do estatuto social da Companhia e com a Lei das Sociedades por Ações.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

Está sendo proposta a distribuição de 10% do lucro líquido do exercício, no montante de R\$ 2.531.248,57, equivalente a R\$ 82,731356 por ação preferencial classe B, como dividendos prioritários das ações preferenciais classe B, de acordo com o artigo 34 do estatuto social da Companhia e com a Lei das Sociedades por Ações.

10 – Em relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.

A forma de cálculo dos dividendos está descrita no Capítulo VII do estatuto social da Companhia, transcrito a seguir, notadamente nos artigos 34 e 36.

“CAPÍTULO VII – EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS

Artigo 31 - *O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, quando a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras previstas em lei, facultado o levantamento de balanços em períodos menores.*

Artigo 32 - *Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda.*

Artigo 33 - *Feitas as deduções referidas no Artigo 32 supra, será destacada uma participação aos administradores da Companhia, em montante não superior a 10% (dez por cento) dos lucros remanescentes, a qual não poderá ultrapassar a sua remuneração anual, se este limite for menor.*

Parágrafo 1º - *Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório de que trata o Artigo 36 infra.*

Parágrafo 2º - *A participação atribuída aos administradores, nos termos deste Artigo, será rateada entre seus membros, de acordo com deliberação específica do Conselho de Administração.*

Artigo 34 - *Após as deduções de que tratam os Artigos 32 e 33, será destacada quantia equivalente a 10% (dez por cento) dos lucros remanescentes, a qual será distribuída como dividendo às ações preferenciais da Classe "B"*

Artigo 35 - *O lucro líquido resultante, após as deduções de que tratam os Artigos 32 e 33 supra, será diminuído ou acrescido dos seguintes valores, nos termos do Artigo 202, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976:*

a) 5% (cinco por cento) destinados à Reserva Legal;



b) importância destinada à formação da reserva para contingências e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

Artigo 36 - Do lucro líquido ajustado, nos termos do Artigo 35 supra, será distribuída a todos os acionistas, a título de dividendo obrigatório, quantia não inferior a 25% (vinte e cinco por cento), assegurando-se às ações preferenciais de Classe “A” e “B” o direito à percepção de um dividendo 10% (dez por cento) maior que o atribuído a cada ação ordinária.

Parágrafo Único – O valor dos juros pagos ou creditados aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado, por seu montante líquido do imposto de renda na fonte, ao valor do dividendo obrigatório previsto neste artigo.

Artigo 37 – No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do artigo anterior, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

Parágrafo 1º – Considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder à soma dos seguintes valores:

- a) resultado líquido positivo da equivalência patrimonial; e
- b) lucro, ganho ou rendimento em operações cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte.

Parágrafo 2º – Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.”

b. Informar se ele está sendo pago integralmente.

Os dividendos estão sendo pagos integralmente nos termos do estatuto social da Companhia.

c. Informar o montante eventualmente retido.

Não há dividendos retidos referente a este exercício social.

11 – Havendo retenção de dividendo obrigatório devido a situação financeira da companhia:

- a. Informar o montante da retenção.
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxo de caixa positivos.
- c. Justificar a retenção dos dividendos.

Não se aplica, pois não há retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira.

12 – Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

- a. Identificar o montante destinado à reserva.
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa.
- c. Explicar por que a perda foi considerada provável.
- d. Justificar a constituição da reserva.



Não se aplica, pois não há destinação de resultado para reserva de contingência.

13 – Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

Não há destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

a. Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar.

Não há destinação de lucros a realizar

b. Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva.

Não se aplica

14 – Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.

A reserva estatutária está prevista no artigo 38 do estatuto social transcrito abaixo.

***ARTIGO 38**– A parcela dos lucros que remanescer, após as deduções previstas nos artigos 32 a 37, será transferida a uma Reserva para Investimentos, destinada a investimentos que venham a integrar o Ativo Circulante ou Permanente da Companhia.*

b. Identificar o montante destinado a reserva.

O montante destinado a reserva é de R\$ 17.001.286,44.

c. Descrever como o montante foi calculado.

R\$ mil	31/12/2024
Lucro Líquido do Exercício	14.958.553,19
Dividendos Prescritos	548.170,76
Ganho por variação em percentual de Participação	1.054.787,28
Ajuste de Avaliação Patrimonial	10.047.072,86
(-) Reserva Legal - 5%	(747.927,66)
(-) Dividendo ações PNB (10%)	(2.531.248,57)
(-) Dividendo mínimo obrigatório (25%)	(6.328.121,42)
Total do montante destinado a Reserva	17.001.286,44

15 – Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a. Identificar o montante da retenção.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital.

Não há.

16 – Havendo destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais:

a. Informar o montante destinado a reserva.





b. Explicar a natureza da destinação.

Não há.



c) Deliberar sobre a fixação do montante da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2025

A administração da Companhia propõe o montante de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para a fixação do montante anual global para a remuneração dos administradores da Companhia.

O montante proposto refere-se à remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia, para período de janeiro a dezembro de 2025 e compreende: i) honorários fixos e benefícios, ii) remuneração variável de curto prazo vinculada a metas a serem atingidas.

No exercício anterior de 2024 foi proposto e aprovado o montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), enquanto o valor realizado no exercício foi de R\$1.628.300,00 (Um milhão, seiscentos e vinte e oito mil e trezentos reais), pois não houve alterações significativas no mercado.

Para o exercício de 2025 está sendo proposto o mesmo valor de remuneração global anual para os administradores de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

A administração da Companhia recomenda que os acionistas aprovem a remuneração anual global para os administradores no próximo mandato.

Em atenção ao artigo 13 da Resolução CVM 81, a administração da Companhia prestar as seguintes informações sobre a proposta de remuneração anual global dos administradores:

8. Remuneração dos administradores

8.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A administração da Companhia é desenvolvida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Estatutária. A Companhia não mantém Conselho Fiscal permanente, nem comitês.

A prática de remuneração da Diretoria Estatutária busca: (i) alinhar os interesses dos administradores aos dos acionistas; (ii) estimular a visão de curto e longo prazo dos administradores; (iii) estimular e manter o comprometimento dos administradores com os resultados da Companhia; e (iv) atrair, reter e motivar os administradores.

iii)

Em sua maior parte, os honorários do Conselho de Administração são compatíveis com os praticados pelo mercado.

b) práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria, indicando:



(i) **os órgãos e comitês da Companhia que participam do processo decisório, identificando de que forma participam;**

(ii) **critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos;**

com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração da Companhia

Anualmente o Conselho de Administração avalia a remuneração dos Administradores da Companhia. A remuneração da Diretoria é determinada em consideração a complexidade dos cargos e a remuneração de Mercado. A remuneração do Conselho de Administração é determinada em função do tempo de dedicação mensal à empresa de cada um de seus membros. A política de remuneração é avaliada anualmente, por ocasião da proposta de remuneração anual global para os administradores da Companhia.

c) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles: seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor, sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais, sua metodologia de cálculo e de reajuste e principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

ii. razões que justificam a composição da remuneração

iii. a existência de membros não remunerados e a razão para esse fato

A remuneração da Diretoria Estatutária é dívida em 2 (duas) parcelas:

A – Honorários Fixos e Benefícios;

B – Remuneração Variável de Curto Prazo vinculada a metas a serem atingidas, atribuído apenas ao Diretor de Negócios.

A- Honorários Fixos e Benefícios:

A remuneração dos administradores é composta pelos honorários recebidos diretamente da Companhia e pelos honorários recebidos das subsidiárias, reportados no item 8.19 abaixo.

A remuneração fixa e os benefícios obedecem às condições e práticas de mercado.

O reajuste é feito de acordo com os índices de inflação ou movimentação do mercado.

B – Remuneração Variável de Curto Prazo

A remuneração variável de curto prazo, que poderá equivaler a até 8 (oito) remunerações fixas mensais, será paga trimestralmente e será vinculada a indicadores de desempenho econômico e financeiro da Companhia.



Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

Os indicadores estabelecidos mantêm os administradores comprometidos com os resultados e com a criação de valor para a Companhia.

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

2022	Remuneração Fixa		Remuneração Variável	Total
	Honorários Fixos	Benefícios	Bônus Trimestral	
Conselho de Administração	90,07%	9,03%	n/a	100%
Diretoria Estatutária	80,06%	0,00%	19,94%	100%

2023	Remuneração Fixa		Remuneração Variável	Total
	Honorários Fixos	Benefícios	Bônus Trimestral	
Conselho de Administração	83,23%	16,77%	n/a	100%
Diretoria Estatutária	79,75%	0,00%	20,25%	100%

2024	Remuneração Fixa		Remuneração Variável	Total
	Honorários Fixos	Benefícios	Bônus Trimestral	
Conselho de Administração	78,04%	21,96%	n/a	100%
Diretoria Estatutária	84,76%	0,00%	15,24%	100%

Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Honorários Fixos e Benefícios: avaliação subjetiva do nível de comprometimento e entrega;

Remuneração Variável de Curto Prazo: Os principais indicadores de desempenho são o Desempenho Operacional e EBITDA da Companhia, e ainda Indicadores de desempenho específicos, conforme aprovado anualmente pelo Conselho de Administração.

Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A evolução dos indicadores (Desempenho Operacional, EBITDA e Indicadores de desempenho específico), é acompanhada trimestralmente e anualmente.

d) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Os membros do Conselho de Administração da Companhia e da Diretoria recebem remuneração de controladas, controladoras, ou de sociedades sob controle comum, conforme item 8.19 abaixo

e) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia



Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculada a ocorrência de eventos societários.

8.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Não há conselho fiscal constituído.

Exercício social encerrado em 31.12. 2022 (em R\$ mil, exceto número de membros)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	7	4	11
Número de membros remunerados	7	2	9
Remuneração fixa anual	1100,2	302,8	1.403,0
- Salário ou pró-labore	990,9	302,8	1.293,7
- Benefícios diretos e indiretos	109,3	0,0	109,3
- Remuneração por participação em comitês	n/a	n/a	n/a
-Outros	n/a	n/a	n/a
Remuneração variável	n/a	n/a	n/a
- Bônus	n/a	75,4	75,4
- Participação nos resultados	n/a	n/a	n/a
- Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a
- Comissões	n/a	n/a	n/a
- Outros	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a
Benefícios por cessão do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a
Total da remuneração	1100,2	378,2	1.478,4



Exercício social encerrado em 31.12. 2023 (em R\$ mil, exceto número de membros)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	7	4	11
Número de membros remunerados	7	1	8
Remuneração fixa anual	1036,9	216,7	1.253,6
- Salário ou pró-labore	863,0	216,7	1.079,7
- Benefícios diretos e indiretos	173,9	0,0	173,9
- Remuneração por participação em comitês	n/a	n/a	n/a
-Outros	n/a	n/a	n/a
Remuneração variável	n/a	n/a	n/a
- Bônus	n/a	55,0	55,0
- Participação nos resultados	n/a	n/a	n/a
- Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a
- Comissões	n/a	n/a	n/a
- Outros	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a
Benefícios por cessão do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a
Total da remuneração	1036,9	271,7	1.308,6

Exercício social encerrado em 31.12. 2024 (em R\$ mil, exceto número de membros)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	7	4	11
Número de membros remunerados	7	1	8
Remuneração fixa anual	1319,9	261,4	1.581,3
- Salário ou pró-labore	1030,0	261,4	1.291,4
- Benefícios diretos e indiretos	289,9	0,0	289,9
- Remuneração por participação em comitês	n/a	n/a	n/a
-Outros	n/a	n/a	n/a
Remuneração variável	n/a	n/a	n/a
- Bônus	n/a	47,0	47,0
- Participação nos resultados	n/a	n/a	n/a
- Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a
- Comissões	n/a	n/a	n/a
- Outros	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a
Benefícios por cessão do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a
Total da remuneração	1319,9	308,4	1.628,3



Previsto para exercício social de 2025 (em R\$ mil, exceto número de membros)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	7	3	10
Número de membros remunerados	7	1	8
Remuneração fixa anual	1310,0	265,6	1.575,6
- Salário ou pró-labore	1040,0	265,6	1.305,6
- Benefícios diretos e indiretos	270,0	0,0	270,0
- Remuneração por participação em comitês	n/a	n/a	n/a
-Outros	n/a	n/a	n/a
Remuneração variável	n/a	n/a	n/a
- Bônus	n/a	81,7	81,7
- Participação nos resultados	n/a	n/a	n/a
- Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a
- Comissões	n/a	n/a	n/a
- Outros	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a
Benefícios por cessão do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a
Total da remuneração	1310,0	347,3	1.657,3

8.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Não há conselho fiscal constituído.

Exercício social encerrado em 31.12.2022 (em R\$ mil, exceto número de membros)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	7	4	11
Número de membros remunerados	0	1	1
Bônus			
- Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
- Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	108,4	108,4
- Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	54,2	54,2
- Valor efetivamente reconhecido	n/a	75,4	75,4
Participação no resultado			
- Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
- Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
- Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	n/a	n/a	n/a
- Valor efetivamente reconhecido	n/a	n/a	n/a



Exercício social encerrado em 31.12.2023 (em R\$ mil, exceto número de membros)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	7	4	11
Número de membros remunerados	0	1	1
Bônus			
- Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
- Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	359,1	359,1
- Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	179,6	179,6
- Valor efetivamente reconhecido	n/a	55,0	55,0
Participação no resultado			
- Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
- Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
- Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	n/a	n/a	n/a
- Valor efetivamente reconhecido	n/a	n/a	n/a

Exercício social encerrado em 31.12.2024 (em R\$ mil, exceto número de membros)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	7	4	11
Número de membros remunerados	0	1	1
Bônus			
- Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
- Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	145,0	145,0
- Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	72,5	72,5
- Valor efetivamente reconhecido	n/a	47,0	47,0
Participação no resultado			
- Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
- Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
- Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	n/a	n/a	n/a
- Valor efetivamente reconhecido	n/a	n/a	n/a

Previsto Exercício social de 2025 (em R\$ mil, exceto número de membros)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	7	3	10
Número de membros remunerados	0	1	1
Bônus			
- Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
- Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	163,5	163,5
- Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	81,7	81,7
- Valor efetivamente reconhecido	n/a	n/a	n/a
Participação no resultado			
- Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
- Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
- Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	n/a	n/a	n/a
- Valor efetivamente reconhecido	n/a	n/a	n/a

8.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever: a) termos e condições gerais; b) data de aprovação e órgão responsável; c) número máximo de ações abrangidas; d) número máximo de opções a serem outorgadas; e) condições de



aquisição de ações; f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício; g) critérios para fixação do prazo de exercício; h) forma de liquidação; i) restrições à transferência das ações; j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano; k) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a) órgão; b) número de membros; c) número de membros remunerados; d) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: em aberto no início do exercício social, perdidas e expiradas durante o exercício social, exercidas durante o exercício social; e) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a) órgão; b) número de membros; c) número de membros remunerados; d) data de outorga, e) quantidade de opções outorgadas; f) prazo para que as opções se tornem exercíveis, g) prazo máximo para exercício das opções; h) prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções, i) valor justo das opções na data da outorga; j) multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em opções de ações.

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a) órgão; b) número total de membros; c) número de membros remunerados; d) em relação às opções ainda não exercíveis informar: i) quantidade; ii) data em que se tornarão exercíveis; iii) prazo máximo para exercício das opções ; iv) prazo de restrição à transferência das ações; v) preço médio ponderado de exercício; vi) valor justo das opções no último dia do exercício social; e) em relação às opções exercíveis: i) quantidade; ii) prazo máximo para exercício das opções; iii) prazo de restrição à transferência das ações; iv) preço médio ponderado de exercício; v) valor justo das opções no último dia do exercício social; f) valor justo do total das opções no último dia do exercício social.

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em opções de ações.

8.8 Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a) órgão; b) número total de membros; c) número de membros remunerados; d) número de ações; e) preço médio ponderado de exercício; f) preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas; g) multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas.

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em opções de ações.



8.9 Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a) órgão; b) número total de membros; c) número de membros remunerados; d) diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários.

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em opções de ações.

8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a) órgão; b) número total de membros; c) número de membros remunerados; d) data de outorga; e) quantidade de ações outorgada; f) prazo máximo para entrega das ações; g) prazo de restrição à transferência das ações; h) valor justo das ações na data da outorga; i) multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga.

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em opções de ações.

8.11 Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a) órgão; b) número total de membros; c) número de membros remunerados; d) número de ações; e) preço médio ponderado de aquisição; f) preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas; g) multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas.

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em opções de ações.

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo: a) modelo de precificação; b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado; d) forma de determinação da volatilidade esperada; e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações ou opções de ações.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Não há Conselho Fiscal constituído.



Órgão	Emissor	Sociedades Controladas		Sociedades Controle Comum	
	Ações	Ações	Cotas	Ações	Cotas
Conselho Administração	546	-	-	-	-
Diretoria Estatutária	-	-	-	-	-

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela: a) órgão; b) número total de membros; c) número de membros remunerados; d) nome do plano; e) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar; f) condições para se aposentar antecipadamente; g) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; h) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; i) se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

8.15 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, diretoria estatutária, e ao conselho fiscal:

O número de membros de cada órgão foi apurado de forma a corresponder à média anual do número de membros de cada órgão aferido mensalmente, com duas casas decimais, conforme detalhado no Ofício-Circular/Anual-2025-CVM-SEP).

Não há Conselho Fiscal constituído.



Exercício social encerrado em 31.12.2022 (em R\$ mil, exceto número de membros)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	7	4
Número de membro remunerados	7	2
Valor da maior remuneração individual	295,9	182,8
Valor da menor remuneração individual	6,0	120,0
Valor médio de remuneração individual	157,2	151,4

Exercício social encerrado em 31.12.2023 (em R\$ mil, exceto número de membros)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	7	4
Número de membro remunerados	7	1
Valor da maior remuneração individual	294,8	271,7
Valor da menor remuneração individual	6,0	271,7
Valor médio de remuneração individual	148,1	271,7

Exercício social encerrado em 31.12.2024 (em R\$ mil, exceto número de membros)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	7	4
Número de membro remunerados	7	1
Valor da maior remuneração individual	394,3	308,4
Valor da menor remuneração individual	6,0	308,4
Valor médio de remuneração individual	188,5	308,4

8.16 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não há contratos, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não há Conselho Fiscal constituído.



Órgão	% referente a partes relacionadas aos controladores em 2022
Conselho	56,75%
Diretoria	39,63%

Órgão	% referente a partes relacionadas aos controladores em 2023
Conselho	66,44%
Diretoria	0,00%

Órgão	% referente a partes relacionadas aos controladores em 2024
Conselho	63,18%
Diretoria	0,00%

Órgão	% referente a partes relacionadas aos controladores previsto para 2025
Conselho	62,75%
Diretoria	0,00%

8.18 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável, visto que não houve valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária por outra razão senão a função que ocupam.

8.19 . Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não há Conselho Fiscal constituído.



Exercício social encerrado em 31.12.2022 (em R\$ mil)					
Controlador e Controladas do Emissor	Órgão	Controladores Diretos e Indiretos	Controladas do Emissor	Sociedades Sob Controle Comum	Total
	Conselho de	198,0	530,5	5.087,4	5.815,9
	Diretoria Estatutária	0,0	533,7	6.120,5	6.654,2

Exercício social encerrado em 31.12.2023 (em R\$ mil)					
Controlador e Controladas do Emissor	Órgão	Controladores Diretos e Indiretos	Controladas do Emissor	Sociedades Sob Controle Comum	Total
	Conselho de	198,0	530,5	5.463,7	6.192,2
	Diretoria Estatutária	0,0	641,1	6.528,9	7.170,0

Exercício social encerrado em 31.12.2024 (em R\$ mil)					
Controlador e Controladas do Emissor	Órgão	Controladores Diretos e Indiretos	Controladas do Emissor	Sociedades Sob Controle Comum	Total
	Conselho de	198,0	168,7	5.793,6	6.160,3
	Diretoria Estatutária	0,0	734,7	7.450,5	8.185,2

Prevista para exercício social de 2025 (em R\$ mil)					
Controlador e Controladas do Emissor	Órgão	Controladores Diretos e Indiretos	Controladas do Emissor	Sociedades Sob Controle Comum	Total
	Conselho de	18,0	75,9	5.496,4	5.590,3
	Diretoria Estatutária	0,0	813,2	5.255,0	6.068,2

A remuneração atribuída aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, controladas do emissor e de sociedades sob controle comum se refere a: i) Honorários Físcos e Benefícios, e ii) Remuneração Variável de Curto Prazo.

8.20 Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

Todas as informações relevantes a respeito da remuneração dos Administradores da Companhia foram divulgadas nos itens acima.

